


COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA




ASPECTOS GERAIS

- = competência para **criar** ou **instituir** tributos.
- Pressupõe a **competência legislativa** para instituir o tributo (Plena)
- Só os **entes federados** têm.

A **destinação dos recursos** arrecadados a outro ente **não altera** a titularidade da competência tributária (continua sendo daquele a que foi atribuída)  **PEGADINHA!**

⚠️ ATENÇÃO!

- Competência tributária \neq competência para **legislar** sobre **direito tributário**  = competência concorrente
- A CF/88 **não** cria ou institui tributo \rightarrow só estabelece a competência tributária dos entes

CARACTERÍSTICAS

INDELEGÁVEL

- Competência tributária = indelegável
- São **delegáveis** a outra pessoa de direito público as **atribuições administrativas**: (capacidade tributária ativa)
 - Atribuições das funções de { fiscalizar tributos
arrecadar
 - + Executar { leis
serviços
atos em matéria tributária
decisões
administrativas
- A delegação da capacidade tributária ativa **compreende** as **garantias** e os **privilégios** processuais do titular.
- **Não** se confunde com capacidade tributária ativa o cometimento a pessoas jurídicas de direito **privado** do encargo ou função de **arrecadar** tributos. (= mero recebimento + repasse do valor)

SÚMULA STJ 396: CAI MUITO!

"A **confederação nacional da agricultura** tem legitimidade ativa para cobrança da **contribuição sindical rural**".



competência tributária

CARACTERÍSTICAS

IMPRESCRITÍVEL

- O não exercício da competência tributária não permite que outro ente exerça
- Não há prazo para o exercício da competência (pode quando quiser)

INALTERÁVEL

- Os entes não podem alterar sua competência por meio de normas infraconstitucionais
 apenas uma emenda constitucional pode alterá-la 
 mas não caso seja tendente a abolir a autonomia financeira de algum ente federado

IRRENUNCIÁVEL

- O ente não pode renunciar sua competência tributária (mas seu exercício é facultativo)

FACULTATIVA

- O exercício da competência tributária é facultativo

LR.F. (LC 101/99) ART.11 :

- São requisitos da responsabilidade na gestão fiscal:
 - Instituição
 - Previsão
 - Arrecadação
 } de todos os tributos de qualquer espécie de competência do ente.
- São vedadas transferências voluntárias ao ente que não fizer a:
 - Instituição
 - Previsão
 - Arrecadação
 } de todos os impostos de sua competência.

COMPETÊNCIA PRIVATIVA

- Tributos instituíveis por um **único ente**.
- Exemplos:

UNIÃO	<ul style="list-style-type: none">• II• IOF• IGF• Empréstimos compulsórios• Contribuições especiais *	<ul style="list-style-type: none">• IE• ITR	<ul style="list-style-type: none">• IPI• IR
ESTADOS E DF	<ul style="list-style-type: none">• ICMS• ITCD• IPVA		
MUNICÍPIOS E DF	<ul style="list-style-type: none">• ITBI• IPTU	<ul style="list-style-type: none">• ISS• COSIP	

- * Contribuições especiais para custeio do **RPPS** são de competência **privativa** do respectivo **ente**

COMPETÊNCIA RESIDUAL

- = Criação de **novos tributos** (Não previstos na CF/88), pelo legislador ordinário.
- Exclusiva da **União**
- Apenas para **impostos** e **contribuições** para a seguridade social.

COMPETÊNCIA CUMULATIVA

- União, em **territórios federais**:
 - **Não** divididos em municípios → Acumula competências de **estados** e **municípios**
 - **Divididos** em municípios → Acumula competências de **estados**
- **Distrito Federal**: Acumula competências de **estados** e **municípios**

COMPETÊNCIA COMUM

- Dos tributos vinculados:
 - Taxas e **contribuições de melhoria**
- **Todos** os entes podem instituí-los (respeitadas suas atribuições)

competência tributária

= CLASSIFICAÇÃO =

REQUISITOS

IMPOSTOS	CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURIDADE SOCIAL
Fato gerador ou base de cálculo diversos dos <u>impostos</u> já existentes.	Fato gerador ou base de cálculo diversos das <u>contribuições</u> já existentes.
instituição por <u>lei complementar</u>	
não cumulativos	

CLASSIFICAÇÃO (continuação)

COMPETÊNCIA EXTRAORDINÁRIA

- = Competência exclusiva da **União** de instituir o **IEG** (Imposto extraordinário de guerra)
- Pode ser instituído por { Lei ordinária ou Medida provisória

HIPÓTESE AUTORIZADORA

Guerra **externa** ou sua iminência (interna, não!)



Isso não é fato gerador !

IMPOSTO EXTRAORDINÁRIA DE GUERRA

- É **temporário**: deve ser suprimido em até 5 anos após a celebração da paz (pode ser gradativamente)
- Seu **fato gerador** pode ser escolhido pelo legislador (compreendido ou não na competência da União)

IEG compreendido na competência da união → *Bis in idem*

IEG não compreendido na competência da União → Bitributação

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

BIS IN IDEM

- Mais de uma incidência sobre o **mesmo fato** gerador de tributos de competência do **mesmo ente**.
- **Não** há vedação expressa ao *bis in idem* na CF/88. (salvo no caso da competência residual)

EX.: IRPJ + CSLL (Sobre o lucro das empresas)

BITRIBUTAÇÃO

- Mais de uma incidência sobre o **mesmo fato** gerador de tributos de competência de **entes distintos**.
em regra, há invasão de competência tributária.

EX.: dois municípios cobram IPTU sobre o mesmo imóvel

- Há também bitributação **internacional**. (os países celebram tratados para evitar dupla tributação)